

**A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL RIO-BONITENSE:
DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS NA
SEGUNDA DÉCADA DO SÉCULO XXI¹**

Antonio Carlos Lessa da Rocha²
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo

Como citar:

ROCHA, A. C. L. da. A organização do espaço rural rio-bonitense: desenvolvimento de atividades não agrícolas na segunda década do século XXI. **Revista Geografia em Atos** (Online), v.5, ano 2021, p. 1-26
DOI:
<https://doi.org/10.35416/geoatos.2021.8045>

Recebido em: 2020-08-20

Devolvido para correções: 2021-01-17

Aceito em: 2021-04-24

Publicado em: 2021-10-19

Através do processo de reestruturação produtiva e adoção das políticas neoliberais, as grandes metrópoles brasileiras passaram por um forte processo de terciarização, como uma das consequências da metropolização do espaço. O presente artigo tem como objetivo central analisar organização do espaço rural de Rio Bonito, localizado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, tentando identificar a contribuição da expansão metropolitana fluminense na indução de atividades não agrícolas no município em tela nesta segunda metade do século XXI. Para alcançar o objetivo proposto, foi necessário um levantamento bibliográfico de autores que discutem o espaço urbano no atual contexto de globalização e a necessidade do debate sobre interface urbano-rural. Os trabalhos de campo e entrevistas consolidaram a base empírica deste artigo.

Palavras-chave: espaço rural; espaço urbano; interface urbano-rural; globalização; Rio Bonito

²Doutorando em Geografia pelo PPGEU-UERJ
E-mail: antoniocarlos130690@gmail.com
Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-7447-8435>

¹ Artigo elaborado com base nos resultados da dissertação de mestrado do autor.

THE ORGANIZATION OF RURAL SPACE IN RIO BONITO: DEVELOPMENT OF NON-AGRICULTURAL ACTIVITIES IN THE SECOND DECADE OF THE 21ST CENTURY

Abstract

Through the process of productive restructuring and the adoption of neoliberal policies, the great Brazilian metropolises went through a strong process of tertiarization, as one of the consequences of the metropolization of space. The main objective of this article is to analyze the organization of the rural space of Rio Bonito, located in the Metropolitan Region of Rio de Janeiro, trying to identify the contribution of the metropolitan expansion of Rio de Janeiro in the induction of non-agricultural activities in the municipality in question in the second half of the 21st century. To achieve the proposed objective, a bibliographical survey of authors who discuss urban space in the current context of globalization and the need for debate on urban-rural interface was necessary. The fieldwork and interviews consolidated the empirical basis of this article.

Keywords: rural space; urban space; urban-rural interface; globalization; Rio Bonito

LA ORGANIZACIÓN DEL ESPACIO RURAL EN RIO BONITO: DESARROLLO DE ACTIVIDADES NO AGRÍCOLAS EN LA SEGUNDA DÉCADA DEL SIGLO XXI

Resumen

A través del proceso de reestructuración productiva y la adopción de políticas neoliberales, las grandes metrópolis brasileñas pasaron por un fuerte proceso de tercerización, como una de las consecuencias de la metropolización del espacio. El objetivo principal de este artículo es analizar la organización del espacio rural de Rio Bonito, ubicado en la Región Metropolitana de Rio de Janeiro, tratando de identificar la contribución de la expansión metropolitana de Rio de Janeiro en la inducción de actividades no agrícolas en la ciudad en cuestión en la segunda mitad del siglo XXI. Para alcanzar el objetivo indicado, fue necesaria una revisión bibliográfica de autores que discuten el espacio urbano en contexto actual de globalización y la necesidad de debate sobre la interfaz urbano-rural. El trabajo de campo y las entrevistas consolidaron la base empírica de este artículo.

Palabras clave: espacio rural; espacio urbano; interfaz urbano-rural; globalización; Rio Bonito

Introdução

No contexto da globalização, as metrópoles passaram por diversas modificações na sua dinâmica espacial. Uma dessas mudanças, das quais podemos nos referir, é em relação à expansão do espaço metropolitano. Entre os fatores determinantes para observarmos esse fenômeno, podemos mencionar o processo de reestruturação produtiva, a desconcentração industrial; expansão da especulação imobiliária, e, por último, o surgimento de novas formas de ocupação em áreas rurais, dentro e fora do limite metropolitano.

Essas novas formas de ocupações em áreas rurais vêm desenvolvendo atividades não agrícolas, como o turismo rural, ecoturismo e segunda residência. Estas novas atividades acabam induzindo a entrada de infraestruturas urbanas nas localidades, como luz, água, saneamento básico, telefone, internet, entre outros. Abandonando, parcialmente ou completamente, a atividade original da propriedade rural, a agricultura.

Posto isto, este artigo é um desdobramento da dissertação de mestrado, estabelecido através da lógica da descoberta. A pesquisa parte da seguinte questão: qual é a relação do desenvolvimento de atividades não agrícolas em Rio Bonito com o processo de metropolização do Rio de Janeiro? Através da questão central, o artigo possui como objetivo principal compreender a organização das atividades não agrícolas no espaço rural rio-bonitense nestas duas primeiras décadas do século XXI.

Para responder à questão central e alcançar os objetivos da pesquisa, em um primeiro momento, nos concentraremos no levantamento bibliográfico com o intuito de aprofundar a fundamentação teórica acerca da temática contemplada na pesquisa. Para essa etapa, faremos uso das obras de autores que tiveram como centro de suas discussões o processo de expansão metropolitana, principalmente a metrópole fluminense, e abordaremos a relação da interface rural-urbano no espaço geográfico.

Além da formação da base teórica, trabalhos de campo e entrevistas foram fundamentais para a consolidação do estudo empírico. Os trabalhos de campo foram realizados em quatro bairros de Rio Bonito (Bazílio, Braçanã, Cachoeiras dos Bagres e Lavras) que mais foi notório as transformações baseadas no contexto teórico deste artigo. Também foi de grande importância, a entrevista realizada com um memorialista local que a pelo menos dez anos buscar resgatar o passado histórico do município em tela.

Este artigo está dividido em três partes. No primeiro tópico são feitas algumas breves considerações sobre a interface rural-urbana influenciada pelo processo de metropolização do espaço urbano fluminense. Na segunda parte é estabelecido uma discussão sobre a organização do espaço rural de Rio Bonito, desde o início da ocupação portuguesa na região, onde será possível observar a participação do município nos períodos agrícolas do estado do Rio de Janeiro. Na última parte, é demonstrado a indução de atividades não agrícolas no início do século XXI, dentre elas se destacando a segunda residência e o turismo rural.

Breves considerações sobre a interface rural-urbana

Para promover uma análise sobre o espaço urbano ou rural, é importante, antes de tudo, compreender o que é, na verdade, o espaço geográfico, em que o urbano e o rural estão presentes. No início, quando o espaço era apenas o meio-natural, os objetos eram apenas naturais, quando o ser humano passa, através da técnica, a modificar o espaço, passam a surgir, além dos objetos naturais, os objetos técnicos que possuem uma artificialidade (SANTOS, 2006).

Por isso Santos (2006) observa o espaço geográfico com essa característica, em que o ser humano com suas ações cria novos objetos, refuncionaliza, ou simplesmente sobrepõe sobre os já existentes. Por isso a indissociabilidade do sistema de objetos e sistema de ações, pois, o objeto por si só não possui forma sem a ação, e a ação não se realizaria sem o objeto.

Os objetos não têm realidade filosófica, isto é, não nos permitem o conhecimento, se os vemos separados dos sistemas de ações. Os sistemas de ações também não se dão sem os sistemas de objetos. Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma (SANTOS, 2006).

Rua (2011) contribui para o entendimento do espaço geográfico, apresentando-o como multidimensional, sendo urbano, rural, físico simbólico etc., estando em um constante movimento nas suas diversas escalas, as pessoas transitando entre o local,

regional, nacional e global. Portanto, o urbano e o rural seriam dimensões integradas na totalidade do espaço, e, cada vez que avança a lógica capitalista, essas dimensões se conectam uma à outra, criando uma interdependência. Com o capitalismo globalizado que vivemos na contemporaneidade, onde fluxos são cada vez mais intensos, pensar o urbano e o rural separadamente não seria condizente com a capacidade de compreender esses espaços em sua totalidade.

Iremos considerar área rural e urbana de acordo com Classificação e Caracterização dos Espaços Urbanos e Rurais no Brasil do IBGE de 2017, onde são examinados densidade demográfica, acessibilidade a centros com alto nível hierárquico em relação à rede urbana e o acesso dos municípios a bens e serviços mais complexos para definirmos a área rural e urbana no Brasil.

Um ponto importante observado por Furtado (2011) sobre a relação urbano-rural é a desconsideração dessa interação pelos planejadores, tanto do espaço urbano como no rural. Segundo a autora, dessa divisão que influenciou os diversos projetos e planos urbanos e regionais pelo mundo, não se pode pensar a cidade sem compreender os processos e estruturas rurais, assim como não podemos pensar o rural ignorando os processos urbanos.

Portanto, não é possível pensar os problemas das metrópoles de forma isolada, “são resultantes de uma intrincada combinação ou interação de aspectos rurais e urbanos dos problemas, que ocorrem nas áreas periurbanas de forma mais aguda do que em qualquer outro local” (FURTADO, 2011, p. 149). É evidente em um sistema capitalista, onde os fluxos e as redes são complexos e fluidos. Assim, cada vez mais importante se faz pensar nas relações urbano-rurais.

Outra contribuição importante para o entendimento da interface urbano-rural é do filósofo Henri Lefebvre. De acordo com Lefebvre (2008) a urbanização é um fenômeno em constante expansão e, deste modo, a, a sociedade humana irá se tornar uma sociedade urbana por excelência. Com isso iremos encontrar uma submissão do rural em relação ao urbano, pois será nele que estará a centralidade da sociedade.

O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos da vida agrária. Estas palavras “o tecido urbano”, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Nessa perspectiva, uma segunda

residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano (LEFEBVRE, 2008, p. 15).

Uma característica do tecido urbano é sua estrutura em rede “o tecido urbano pode ser descrito utilizando o conceito de *ecossistema* (LEFEBVRE, 2011, p. 19) e em meio da “riqueza” do urbano se encontram ilhotas de ruralidade, ocorrendo assim uma relação de forte interação entre o urbano e o rural, e quanto maior for a industrialização do país, mais intensa é essa relação, pois ao se deparar com a agroindústria que controla grande parte das áreas cultiváveis, sua produção é conduzida por corporações que estão na cidade.

Com essa expansão da urbanização, criando novas áreas periféricas na Região Metropolitana, promovendo uma nova dinâmica do uso e valor da terra, novos agentes irão surgir na dinâmica espacial do município, fenômeno que é possível perceber em Rio Bonito. Observando essa mudança, Machado e Bicalho (2012) fazem uma análise de como a expansão da metrópole modifica o uso da terra e reorganiza o arranjo espacial da área rural.

As mudanças espaciais decorrentes do processo de expansão urbana, que incorpora novas áreas periféricas e produz novas periferias, alteram o comportamento do uso da terra e a dinâmica do rural. Na região metropolitana, por exemplo, ocorrem novos rearranjos econômicos, com a presença de novas infraestruturas de transporte, comunicação e indústrias, desencadeando um processo de competição por uso da terra e novas tendências de reorganização do espaço rural da terra (MACHADO; BICALHO, 2012, p. 4).

Segundo Marafon (2012) o crescimento das atividades não agrícolas promove uma nova relação campo-cidade, modificando o modo de vida e trabalho das populações rurais, chegando, inclusive, a modificar a forma de atuação dos movimentos sociais no campo. Essas mudanças estão relacionadas ao grande avanço da tecnologia, expandido as redes urbanas sobre as áreas rurais, a partir da comunicação e transporte.

Portanto, novos agentes espaciais passam a produzir o espaço. Com a expansão da urbanização, os promotores imobiliários passam a possuir uma força econômica muito maior no espaço urbano que no espaço rural. O processo de especulação imobiliária também acaba influenciando a mudança do arranjo espacial de uma determinada localidade. Bairros mais afastados da área central passam a receber lotes de casas em antigas áreas rurais.

De acordo com Monte-Mór e Limonad (2011), a 3ª Revolução Industrial promoveu uma inflexão ou ruptura na relação urbano-rural. O desenvolvimento do meio-técnico-científico-informacional (Santos, 2006), fez dissolver o antagonismo entre o campo e a cidade, não sendo mais possível relacionar o campo como atrasado e a cidade como o moderno. Processos, formas e funções que antes existiam em uma lógica histórica de separação no campo e na cidade, hoje pode-se verificar em ambos, mas com intensidades diferentes.

Dentro desse contexto do rural integrado à globalização e conseqüentemente à urbanização, Rua (2011) desenvolve a ideia de urbanidades. Essa concepção se constrói pelas novas relações entre o urbano e o rural estabelecido pela dinâmica capitalista globalizada, promovendo uma integração do “interno com o externo em cada lugar, constituindo singularidades frutos dessas interações” (RUA, 2011, p.192).

É importante a consideração do referido autor pela diferença de sentido do termo “urbanidades” e “urbanidade”, e, segundo Rua (2011) o último termo foi desenvolvido por Marx, Lefebvre ou por Levy, onde os três estão reportando a qualidade do urbano e quase sempre analisando a cidade. O termo urbanidades no rural se estabelece através de “todas as manifestações materiais e imateriais, com caráter inovador em áreas rurais” (RUA, 2011, p. 192). A origem das urbanidades nem sempre será diretamente procedente da metrópole, mas sempre será influenciada por ela.

Podemos considerar que urbanidades são construídas por uma grande diversidade de fatores no seu aspecto material, como a melhoria em infraestrutura, meios de comunicação mais modernos, novas formas de lazer, como a segunda residência, as indústrias, acesso a bens de consumo, especulação imobiliária, como vimos anteriormente, e novas relações de trabalho. Através dos aspectos imateriais, a construção das urbanidades está muito atrelada aos valores que são difundidos pelos meios de comunicação, alterando o modo de vida rural, possuindo preocupações, por exemplo, com segurança (RUA, 2011).

O processo de urbanização não pode ser apenas analisado pela sua dimensão física (estradas, habitações, sistemas de comunicação etc.), mas devemos pensar também na dimensão simbólica do urbano, onde valores culturais são modificados com o modo de vida na cidade. Portanto, o processo de expansão da metrópole não altera apenas o espaço físico, mas também o simbólico (RIBEIRO; CAVALCANTI, 2012).

Um dos processos para entendermos a expansão da metrópole para as áreas periféricas pode ser analisado a partir do fenômeno de segunda residência, como foi citado anteriormente, um fator de atração de urbanidades em áreas rurais, desenvolvendo atividades não-rurais e trazendo características do urbano para o rural.

Seguindo o debate sobre o turismo como uma das atividades não-agrícolas no rural, esta atividade está ligada ao “processo de urbanização e ao transbordamento do espaço urbano para o espaço rural” (MARAFON, 2012, p. 133). Através do turismo outros tipos de empregos surgem no campo para abastecer o mercado turístico.

O turismo como uma das causas da expansão do urbano sobre o rural, e segundo analisado por Mascarenhas (2004), a expansão da metrópole desenvolveu novos cenários na urbanização fluminense. A partir de sua análise, podemos destacar o eixo da RJ-124 (Via Lagos), correspondendo à Região das Baixadas Litorâneas, onde encontramos municípios com grande proximidade com Rio Bonito, entre eles Saquarema e Araruama.

É de grande importância mencionar esse eixo da RJ-124, pois antes de Rio Bonito se integrar à Região Metropolitana do Rio de Janeiro, fazia parte da Região das Baixadas Litorâneas. Com a duplicação da rodovia, o fluxo de pessoas e mercadorias aumentou na região, contribuindo para o processo de expansão da urbanização.

À guisa de exemplo, Rua (2012) analisa a especulação imobiliária como um dos principais fatores que irá contribuir para a metropolização do espaço, gerando uma desterritorialização e reterritorialização na escala local. A grande pressão dos altos valores de imóveis e da terra, aos poucos, vai gerar um grande conflito entre populações locais ou agricultores locais frente às grandes corporações imobiliárias, motivadas pela alta potencialidade turística da região.

A escala da metropolização, desvalorizando e revalorizando as culturas locais, promove conflitos entre os movimentos de desterritorialização e a busca de permanente reterritorialização. As mudanças nos calendários agrícolas e de pesca, em função da estação de veraneio e de mais intenso fluxo de turismo, e a ressignificação das tradições (cada vez mais vendidas como mercadorias) são apenas evidências dessas radicais transformações (RUA, 2012).

De acordo com Rua (2012), devido à grande pressão imobiliária, gerada pelo capital nacional e internacional, para a construção de redes hoteleiras e *resorts*, aliada à

grande capacidade turística, as quais modificaram as dinâmicas espaciais na escala local dos municípios na Região da Costa Verde do Rio de Janeiro. Ainda segundo o autor tais transformações possibilitou a criação de um espaço híbrido no qual “a lógica local territorial marítima ou agrícola mescla-se com a da metropolização do espaço” (p.7).

Rua (2012) nos ajuda a identificar a potencialidade do turismo em expandir o espaço urbano, pois, como já comentamos anteriormente, essa atividade demanda de uma série de infraestruturas urbanas, gerando uma grande interação na relação urbano-rural. É mais um exemplo de como, na contemporaneidade, não podemos pensar de forma dicotômica o urbano e o rural. O espaço, hoje globalizado, ganhou uma maior fluidez e a metrópole é o grande centro dispersor da ótica capitalista.

Dentro da própria estrutura produtiva, essa relação campo e urbano está cada vez mais articulada com a agroindústria. O processo de metropolização, como foi discutido anteriormente, promove uma transformação na atividade agrícola, pois o capital agrário de base local é substituído pelo capital urbano nacional ou internacional (ALENTEJANO, 2005).

Numa pesquisa elaborada por Alentejano (2005) sobre o espaço agrário fluminense, o autor observa essa transformação na Baixada Campista, região de histórica produção de cana-de-açúcar, onde o turismo não foi o principal fator da expansão da urbanização. Através de grandes incentivos fiscais por parte do governo federal; do Programa de Apoio à Agroindústria Açucareira (1973) e do Pró-Álcool (1975), as usinas passaram por forte modernização na sua capacidade produtiva, sofrendo grande pressão da agroindústria. Os pequenos engenhos antigos não conseguem resistir à concorrência e acabam sofrendo uma forte concentração de capital, no qual o resultado disto é o avanço da urbanização, uma vez que há expressiva expulsão de trabalhadores do campo e crescente subordinação da agricultura à indústria, dentro do novo modelo de produção implantado na região (ALENTEJANO, 2005).

Também podemos identificar no processo de modernização agrícola da produção açucareira a metropolização do espaço, uma vez que a atividade deixa de ser controlada pelo antigo capital agrário de base local, pois este passa a ser cada vez mais dependente de recursos vindos da metrópole, além do que, grandes grupos empresariais são atraídos para a atividade, diminuindo substancialmente o poder das classes dominantes locais. Neste

sentido, podemos dizer que esta é a área do Rio de Janeiro onde ocorre a articulação agricultura- indústria e a fusão dos capitais agrário e urbano-industrial (ALENTEJANO, 2005).

Como resultado da forte concentração de terra e capital, temos a expulsão dos trabalhadores do campo, que irão se deslocar, na maioria das vezes, para o centro urbano. Portanto, a modernização da agricultura, muito difundida como “revolução verde” nos anos 1970, também se torna um importante fator de análise dessa nova realidade campocidade, de acordo com esse trabalho.

Após as considerações sobre a relação urbano-rurais e a metropolização do espaço urbano fluminense, o próximo tópico é uma discussão sobre a organização do espaço rural de Rio Bonito entre os séculos XVII e XX.

O espaço rural de Rio Bonito: o passado

Em seu princípio, as terras que hoje formam o território rio-bonitense, eram habitadas pelos índios da tribo dos Tamoios. Hoje, pertencendo ao Estado do Rio de Janeiro, o território que compõe o município de Rio Bonito, no início da colonização da América portuguesa, era parte da antiga Capitania Real.

Sobre o início da ocupação territorial do município, de acordo com o IBGE (1959), há diversas controvérsias. Uma das hipóteses, estabelece que, nos princípios do século XVII, sete capitães promoveram uma série de expedições na região onde hoje se encontra o município de Rio Bonito; seus nomes eram: Gonçalo Correia de Sá; Manoel Correia de Sá; Duarte Correia Vasqueanez; Miguel Aires Maldonado; João de Castilho Pinto; Miguel Riscado; Antônio Pinto Pereira. Esses expedicionários foram responsáveis pelas primeiras ocupações de outros municípios, além de Rio Bonito, Cabo Frio, Silva Jardim, Itaboraí, Macaé, Conceição de Macabu, Quissamã, Niterói, São Gonçalo e São João da Barra também tiveram suas primeiras ocupações através desses exploradores.

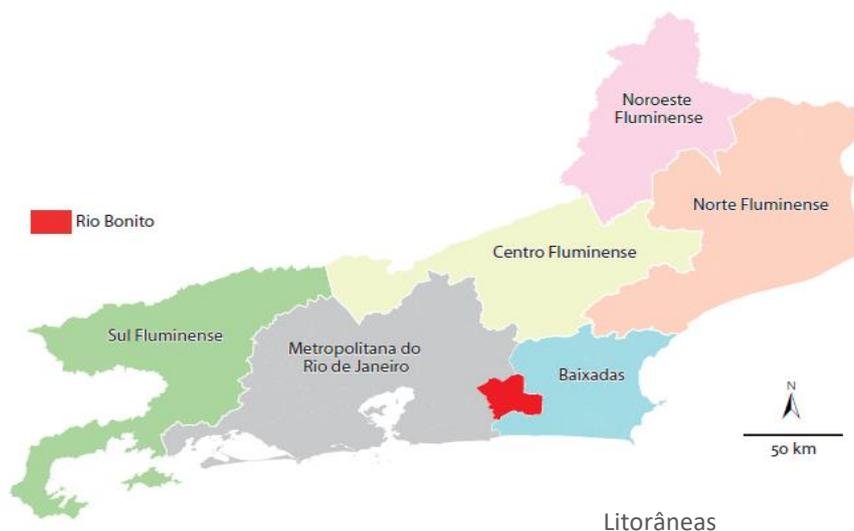
A segunda hipótese nos remete ao século XVI, em que expedicionários de Américo Vespúcio foram deixados, em 1503, na praia de Cabo da Rama, correspondente hoje como parte integrante do município de Cabo Frio. Utilizando os canais fluviais, esses expedicionários foram se interiorizando pelo território fluminense. Um dos principais rios a

ser utilizado foi o rio São João, sua foz está localizada entre os municípios de Cabo Frio e Rio das Ostras (IBGE, 1959).

Na configuração atual do território fluminense, a partir da sanção da Lei Complementar nº 158, de 26 de dezembro de 2013, os municípios de Rio Bonito e Cachoeiras de Macacu passaram a pertencer à Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O texto da lei é de autoria dos parlamentares Paulo Melo (PMDB), André Corrêa (PSD) e Marcos Abrahão (PT do B). Segundo os parlamentares, a adesão desses municípios à Região Metropolitana é justificada pela construção do COMPERJ em Itaboraí; com isso seria possível integrá-los ao planejamento e execução dos serviços públicos na referida região.

O município de Rio Bonito, que pertencia à região de governo das Baixadas Litorâneas antes da referida lei de 2013, possuía grande interesse em pertencer à região metropolitana do Rio de Janeiro, pois assim o poder público municipal conseguiria mais facilmente negociar verbas federais e estaduais. Uma importante observação na questão política que envolve a inclusão de Rio Bonito à Região Metropolitana é a proximidade partidária entre os governos municipal e estadual naquele momento, pois a então Prefeita Solange Almeida era do PMDB, mesmo partido do Governador Luís Fernando Pezão. A Figura 1 é possível observar a divisão regional oficial do Estado do Rio de Janeiro e, também, a localização do município de Rio Bonito.

Figura 1. Regiões do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: PESSÓA (2016).

Rio Bonito teve em sua base econômica e social o desenvolvimento da agricultura, consequentemente, a história está ligada ao espaço rural. O território que corresponde hoje ao município foi inicialmente duas sesmarias, supostamente divididas entre Pedro de Souza Pereira e Paulo da Mota Duque Estrada. Uma das primeiras atividades agrícolas desenvolvidas foi a cana de açúcar, mas logo a economia rural rio-bonitense passou à produção cafeeira que dominou o estado do Rio de Janeiro durante o século XIX (IBGE, 1959). Segundo o IBGE (1959):

Consta ainda que os primeiros proprietários das terras de Rio Bonito tenham sido Paulo da Mota Duque Estrada, a quem foi concedida, em 14 de maio de 1751, uma sesmaria, formada de "sobejos nas serras do Sambê e Catimbau", e Pedro de Souza Pereira, a quem couberam os "campos detrás da serra Tapacurá, entre os rios de Caserabu e o Tanguá", em 22 de outubro de 1682. Quanto à possibilidade de terem êsses dois donatários de sesmarias tentado colonizá-las ou mesmo desbravá-las, os historiadores se prolongam em controvérsias (IBGE, 1959, p.381).

Como herança histórica do período do ciclo da cana-de-açúcar em Rio Bonito, pode-se ter como exemplo a Fazenda e Engenho Rio Seco (Figura 2). Através de uma entrevista realizada com o memorialista Dawson Nascimento, a fazenda é uma das mais antigas do município, vivenciando os 'ciclos' do açúcar, café e cachaça da localidade. Sendo construída em meados do século XVIII por Manoel de Souza Couto, senhor de engenho, nascido no engenho do Pico em Itaboraí. A fazenda possui casa de residência do proprietário, os engenhos de cana e farinha, cozinha, senzalas, enfermaria para escravos e uma casa onde funcionava a escola pública, sendo o capelão da fazenda o professor.

Figura 2. Antiga fazenda de engenho de cana-de-açúcar Rio Seco



Fonte: Rio Seco história e memória, acesso em 31/08/17.

Outra importante fazenda do período histórico da cana-de-açúcar é a Rio Vermelho (Figura 3), segundo o pesquisador local Dawson Nascimento, a fazenda foi construída às margens do rio de igual nome, na zona rural do referido município. Suas origens têm início no século XVIII, quando, em 1782, o capitão mór da antiga Vila de Santo Antônio de Sá, atual município de Itaboraí, ganhou algumas sesmarias nos arredores do pico do Catimbau e vale do rio Bacaxá. O engenho funcionou entre 1782 e 1946, quando suas atividades produtivas foram interrompidas em definitivo. A Fazenda Rio Vermelho chegou a possuir mais de 400 indivíduos escravizados ao longo de suas atividades.

Figura 3. Fachada restaurada da Fazenda Rio Vermelho



Fonte: NASCIMENTO, Dawson, 2017.

De acordo com o IBGE (1959), após um pequeno período de atividade canaveira nas atuais Regiões Metropolitana e Baixadas Litorâneas, a economia cafeeira na então freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito, gerou uma grande riqueza. Como uma das consequências, a freguesia foi elevada a município em 7 de maio de 1846 pela Lei Provincial 381. Outra importante transformação ocorrida no novo município foi a implementação da estrada de ferro pertencente à Companhia Ferro-Carril Niteroiense no ano de 1880:

A criação do município, como era de esperar, veio favorecer ainda mais a economia da localidade que, em 1880, recebeu novo incremento, em virtude da inauguração, a 18 de agosto desse ano, de um ramal da Companhia Ferro-Carril Niteroiense, cujo ponto terminal localizava-se, justamente, em Rio Bonito. Por essa forma, tornou-se a sede da vila um grande centro de comércio de seus produtos, e dos produtos das localidades vizinhas (IBGE, 1959, p.381).

Observaremos nas figuras 4, 5 e 6 dois momentos do transporte ferroviário no município de Rio Bonito. Na primeira imagem, registrada nos anos de 1960, é possível observar a importância que a estação possuía para a economia do município, sendo o principal fluxo de escoamento de mercadorias e pessoas, tendo como principal destino a então capital do antigo estado do Rio de Janeiro, Niterói, localizada do lado oriental da Baía de Guanabara.

Figura 4. Estação ferroviária de Rio Bonito (década de 1960)



Fonte: estacoesferroviarias.com.br. Acervo Marcelo Cardozo, acesso em 30/08/17.

Através dessa estação, perpetuava-se um local que pertencia à história do município de Rio Bonito. Entre os séculos XIX e XX, era através dessas ferrovias que se movimentava a economia da região, sendo também o ponto de chegada de várias famílias que vieram se estabelecer no território rio-bonitense. Dentre elas, podemos destacar dois processos de imigração que transformaram a dinâmica territorial do município em questão: a chegada de famílias japonesas e libanesas.

A figura 5 registra a atual situação em que se encontra o modelo ferroviário no território rio-bonitense; um evidente estado de abandono. A área que era destinada à estação de trem foi aos poucos sendo ocupada por ruas e estacionamentos, evidenciando a troca de modelos de transporte que ocorreu no Brasil, com a substituição do ferroviário pelo rodoviário, a partir dos anos de 1960.

Figura 5. Antiga estação ferroviária de Rio Bonito em 2017

Fonte: Rocha, 2017.

O crescimento econômico do município naquela época esteve atrelado à capacidade que o modal ferroviário poderia suportar, pois foi por muitos anos, o único transporte ligando o interior fluminense à capital do estado, Niterói. A partir dos anos de 1950, com a construção do trecho Rio-Vitória da BR-101 que Rio Bonito passou a ter outro modal de transporte que pudesse ligar à antiga capital do estado.

Na Figura 6 podemos observar a evolução da paisagem urbana de Rio Bonito. Com a substituição do modal ferroviário para o rodoviário, parte da antiga estação se tornou o local para a construção do terminal rodoviário do município, além do calçamento do logradouro. Cumpre mencionar a existência de um processo de verticalização em andamento, o que possibilitou a avenida se tornar em uma das principais avenidas de Rio Bonito, se caracterizando como centro comercial.

Figura 6. Vista para a Rua Getúlio Vargas e Praça Astério Alves de Mendonça em Rio Bonito

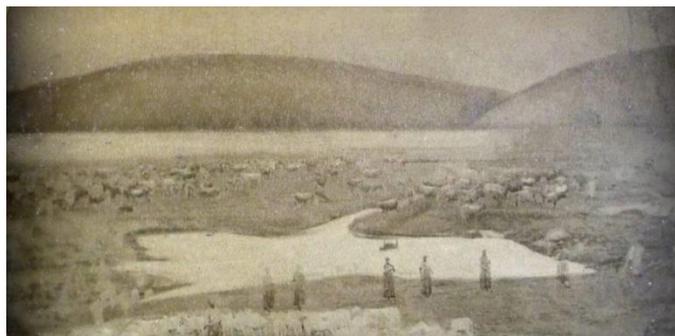
Fontes: Foto 1: estacoesferroviarias.com.br. Acervo Marcelo Cardozo, acesso em 30/08/17. Foto 2: Rocha, 2017.

A decadência do transporte ferroviário no estado do Rio de Janeiro também foi um dos fatores que contribuíram para o declínio econômico do município. De acordo com o IBGE (1959), a estrada de ferro promoveu em Rio Bonito uma centralidade local na comercialização de seus produtos e dos produtos das localidades vizinhas.

Ao analisar o histórico da atividade rural e seus impactos no território de Rio Bonito, não podemos esquecer de mencionar a presença da população negra escravizada, que veio para trabalhar primeiramente nas lavouras de cana-de-açúcar e logo depois nas fazendas de café. A participação da população negra é de grande relevância na construção histórica e populacional de Rio Bonito, como exemplo, o avô do autor deste trabalho é neto de ex-escravos que trabalharam em fazendas de café no município.

A figura 7 é um dos poucos registros de trabalhadores negros escravizados que vieram para Rio Bonito exercer atividades agrícolas, registrando os escravos na tosa de ovelhas na Fazenda Rio Vermelho.

Figura 7. Trabalhadores negros escravizados na Fazenda Rio Vermelho (século XIX)



Fonte: NASCIMENTO, Dawson, 2017.

Segundo o IBGE (1959), o principal período de prosperidade econômica do município ocorreu em paralelo com a plantação de café e, como mencionamos anteriormente, utilizando a mão de obra escrava. Com a proibição da escravidão no Brasil em 1888 e libertação da população negra, as fazendas de café passaram por forte crise devido à perda da sua mão de obra:

Sofreu Rio Bonito um rude golpe em sua estrutura econômico- social, com a libertação repentina dos escravos, que mourejavam em suas terras, desorganizando-se todo o trabalho agrícola, quase que exclusivamente afeto ao negro escravizado. Agravou-se ainda mais a situação da localidade, com o prolongamento, até Macaé, dos trilhos da estrada de ferro que a servia, trecho êsse inaugurado logo após a Abolição, em dezembro de 1888, e que fêz com que Rio Bonito perdesse as vantagens,

não pequenas, que desfrutava pela sua condição de estação terminal, e para onde convergiam os produtos das zonas circunvizinhas (IBGE, 1959, p.381 e 382).

Com o declínio do café no Rio de Janeiro, esta atividade agrícola também entrou em decadência no município, como vimos anteriormente, muito disso devido à proibição do uso da mão de obra escrava. Após o fim do seu principal 'ciclo' agrícola, os produtores passaram a ter que buscar novas opções de cultivos para sobreviver. Devido a essa necessidade, Rio Bonito começa a ganhar destaque na produção de banana e laranja no contexto do estado do Rio de Janeiro (IBGE, 1959).

Como vimos anteriormente, alguns processos foram determinantes para a decadência do setor agrícola de Rio Bonito. O início do fenômeno de industrialização da cidade do Rio de Janeiro foi outro relevante fator, gerando uma grande migração das áreas rurais para a capital. Como relato desse processo, podemos incluir membros da família Rodrigues Lessa, que têm na sua gênese a agricultura no bairro de Lavras. Alguns membros dela foram para o Rio de Janeiro, Niterói e outros para trabalhar na indústria que se desenvolvia.

Outro fato histórico importante é a entrada do Brasil na modernização da agricultura, tornando a atividade agrícola mais mecanizada. A partir da segunda metade do século XX, Rio Bonito passou a ser impactado indiretamente por esse fenômeno, pois, municípios do interior do Estado de São Paulo passam a aderir esse pacote de modernização na sua produção de laranja, tornando o seu preço mais competitivo em relação ao que era produzido em Rio Bonito e outras municipalidades da região (FERNANDES, 2010).

Portanto, muitos agricultores começaram a se deslocar para as áreas urbanas de Rio Bonito, ou até mesmo para o Rio de Janeiro, Niterói e São Gonçalo, devido às perdas financeiras. Nos relatos da pesquisa de campo observamos a família Rocha, que se deslocou no ano de 1972 da sua propriedade rural, para a área urbana do município.

Para o fortalecimento teórico das transformações ocorridas no território rio-bonitense, é preciso abordar brevemente o fenômeno de modernização da agricultura. Segundo Fusco (2008, p.25), "é um reflexo da lógica capitalista de ampliar a

produtividade”, a produção agrícola incorpora uma lógica industrial, onde o tempo é primordial para a maximização do lucro.

Através da modernização da agricultura, os grandes produtores rurais tinham como objetivo aumentar a sua produtividade, diminuir os custos da produção e amenizar qualquer influência proporcionada pela natureza. Para isso foi realizado um grande investimento em tecnologia biogenética, equipamentos e capacitação profissional para se adequar à nova estrutura agrícola (FUSCO, 2008).

Segundo Galvão (1995), o processo de modernização da agricultura que ocorreu no Brasil pode ser entendido como uma modernização conservadora, alterando a base técnica produtiva, mas mantendo a estrutura fundiária em que sua origem vem cultivando desde os tempos coloniais.

Em consequência indireta da modernização da agricultura ocorreu uma grande expropriação dos pequenos agricultores nos moldes da agricultura familiar. Muitos sítios e fazendas começaram a ser vendidos, com isso a área rural de Rio Bonito começou a perder sua potencialidade agrícola de épocas anteriores, passando por grande decadência produtiva. Hoje, no município, segundo dados da própria prefeitura, a produção de laranja e banana ainda persistem como principais atividades agrícolas.

Após essas considerações sobre a gênese do espaço rio-bonitense, centrada nas atividades rurais, o próximo tópico irá analisar a transformação do espaço rural, com a presença de atividades não agrícolas.

Atividades não agrícolas no espaço rural de Rio Bonito: o presente

Com a expansão da metropolização e do fenômeno de segunda residência no Estado do Rio de Janeiro, uma parte do espaço rural de Rio Bonito passou a ganhar uma nova dinâmica ainda embrionária, com atividades não rurais. Neste momento, iremos analisar o fenômeno de segunda residência e o turismo rural dentro deste contexto de transformação do espaço rural.

À guisa de ilustração, através dos dados dos censos entre 2000 e 2010 do IBGE, alguns números serão analisados. Estes demonstram essa transformação da área rural do município em tela, modificando o arranjo espacial e se aproximando de um contexto mais urbano (TABELA 1).

Tabela 1. Residências de uso ocasional em Rio Bonito

| Rio Bonito | Ano 2000 | Ano 2010 |
|-------------------|-----------------|-----------------|
| Total | 520 | 582 |
| Urbano | 205 | 256 |
| Rural | 315 | 326 |

Fonte: IBGE, Censos de 2000 e 2010.

Ao analisar a tabela 2, podemos perceber o predomínio de segundas residências na área rural do município e as que estão presentes no espaço urbano são destinadas para o aluguel, sendo uma complementação da renda. O aumento dessas habitações de uso ocasional no urbano, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, está atrelado à presença da construção do COMPERJ em Itaboraí.

Tabela 2. Domicílios de uso ocasional na área rural do município de Rio Bonito

| Distritos | Ano 2000 | Ano 2010 |
|------------------------------|-----------------|-----------------|
| Rio Bonito (rural) | 228 | 156 |
| Bazílio (rural) | Sem informação | 57 |
| Boa Esperança (rural) | 87 | 113 |

Fonte: IBGE, Censos de 2000 e 2010.

A tabela 2 registra os domicílios de uso ocasional na área rural do município. Um primeiro dado que chama atenção é a diminuição de domicílios no distrito de Rio Bonito, do censo de 2000 para 2010, em se tratando do distrito sede, devotada à urbanização, às quais atinge as áreas rurais mais próximas. Entretanto, ainda é o distrito sede que concentra a maioria das segundas residências rurais, com destaque para os bairros de Lavras, que possui também um hotel-fazenda, a Colina da Primavera e o Sambê. Esses estão no eixo da BR-101 norte, em direção ao norte fluminense.

O segundo distrito em número de residências é o de Boa Esperança, com destaque para os bairros de Boa Esperança, Catimbau, Catimbau Pequeno, Rio Seco e Três Coqueiros. Esses bairros estão no eixo da RJ-124 (Via Lagos), rodovia que tem como destino as cidades da Região dos Lagos. O terceiro distrito em número de residências é o de Basílio, com destaques para os bairros de Basílio, Braçanã e Cachoeiras dos Bagres. Esses bairros estão no eixo da BR-101 sul, em direção ao Rio de Janeiro. No bairro que nomeia o distrito, é possível encontrar outro hotel-fazenda em Rio Bonito.

Em relação aos proprietários, de acordo com o trabalho de campo realizado, são residentes no próprio município de Rio Bonito ou possuem sua primeira residência na cidade do Rio de Janeiro, Niterói e outros. Como já foi analisado anteriormente, esses proprietários pertencem às classes com maior poder aquisitivo, sendo empresários ou funcionários públicos.

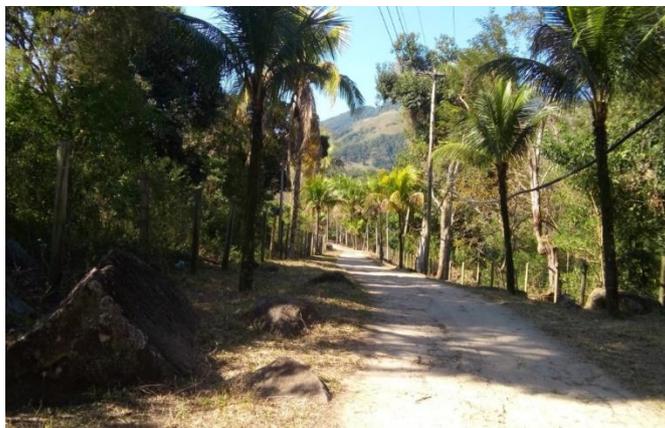
Devido a essa demanda que cresce no município, de segundas residências rurais, já existem empresários que compram sítios e fazendas com infraestruturas em condições ruins, reformam e revendem, agregando maior preço à propriedade. É importante ressaltar a singularidade do fenômeno de segunda residência em Rio Bonito, pois o município não possui vocação turística que facilitaria o desenvolvimento do referido fenômeno. Vale ressaltar a proximidade do município com a Região dos Lagos que é a principal região do estado na atividade turística e no fenômeno de segunda residência. Nota-se pelo desenvolvimento do artigo, que um dos fatores a promover o fenômeno de segunda residência em Rio Bonito, foi através do contato com a natureza ainda preservada no município. Essa relação entre homem e natureza, está alinhada na melhoria de infraestrutura rodoviária que liga o município à cidade do Rio de Janeiro.

Com essa transformação na área rural de Rio Bonito, onde encontrávamos fortes atividades agrícolas e, devido principalmente aos processos de industrialização e expansão urbana, o espaço rural do município sofreu fortes mudanças na sua composição. Nas figuras a seguir é possível identificar alguns exemplos de segunda residência na área rural de Rio Bonito.

Figura 8. Estrada Cachoeiras dos Bagres, Rio Bonito e fachada do Sítio Recanto do Vale Verde



Fonte: Rocha, 2017.

Figura 9. Estrada para a Fazenda São Judas Tadeu

Fonte: Rocha, 2017.

Após esse processo, no século XXI, encontramos uma nova dinâmica espacial no rural rio-bonitense, o “vazio” produtivo que ocorreu devido aos fatores mencionados anteriormente, vem sendo aos poucos transformados por uma nova atividade que contribui para a mudança na estrutura espacial. Observamos a transformação de antigas propriedades agrícolas em segundas residências, e esta nova dinâmica espacial vem se delineando em seu território.

Devido à presença dessas segundas habitações, Rio Bonito vai se inserindo na expansão metropolitana do Rio de Janeiro. Dados iniciais da pesquisa de campo apontam que alguns proprietários desses imóveis possuem sua primeira residência em outros municípios da Região Metropolitana.

Outra importante presença de atividade não agrícola no espaço rural de Rio Bonito são as de turismo rural. Como abordamos anteriormente, o turismo pode ser um importante indutor do processo de urbanização ou a introdução de aparelhos urbanos no espaço rural, de acordo com Mascarenhas (2004). Dentre as atividades turísticas no espaço rural, podemos destacar a presença de hotéis-fazenda, pousadas e pesque-pague.

Em um dos bairros situados na zona rural do município, em Lavras, foi observado o maior número de hotéis, pousadas e pesque-pague. Um dos mais tradicionais do município, Hotel Fazenda Pedras Negras (FIGURA 10), localizado no bairro de Lavras as

margens da BR-101, em direção ao Norte Fluminense. Uma das principais estratégias do hotel é a realização de pacotes temáticos em diferentes épocas do ano, com a estratégia do escapismo dos problemas urbanos e o contato com o “natural” com passeios a cavalo. O hotel-fazenda também se tornou um ponto de algumas atividades esportivas e de ecoturismo, como caminhadas e passeios ciclísticos.

Figura 10. Hotel-Fazenda Pedras Negras



Fonte: Rocha, 2017.

Ainda no bairro de Lavras, encontramos outras propriedades com características de atividades de lazer no espaço rural. Fazenda Riacho Fundo se dedica as atividades de ecoturismo, com a presença de cachoeiras e piscinas de água natural. Também há a presença de um pesque-pague no bairro, Peque & Pague Dois Irmãos.

Outra localidade que é possível destacar nas pesquisas de campo é o bairro de Cachoeiras dos Bagres, localizado nas margens da BR-101 Sul, em direção à metrópole do Rio de Janeiro. Com destaque para o Hotel Fazenda Serra do Sambê, utilizando a estrutura geomorfológica de mesmo nome, como indutor do escapismo da metrópole. Além da possibilidade do pernoite, se destaca por ser um local de atividade de lazer ligada ao ecoturismo, como caminhadas e trilhas.

Destacamos na pesquisa de campo o Sítio Pousada Relicário, localizado no Bairro de Basílio, também na BR- 101 Sul. Esta pousada foi fazenda de cana-de-açúcar e café nos séculos XVIII e XIX. Com o fim da escravidão e a decadência da atividade cafeeira no município, a fazenda perdeu sua dinâmica econômica. Como parte de sua refuncionalização, a propriedade se tornou uma pousada e um local para eventos e *campings*.

Além do atrativo da natureza no espaço rural, a pousada apresenta um elemento histórico importante para a região. Na propriedade se encontra uma das mais antigas ruínas (FIGURA 11), que marca a presença do colonizador português, com a construção de uma capela em 1825, venerando Nossa Senhora da Conceição.

Figura 11. Ruínas da Capela de Nossa Senhora da Conceição



Fonte: Acervo Pousada Relicário. Disponível em <https://sítio-pousada-relicario.webnode.com>. Acesso em setembro de 2019.

Nas propriedades destacadas neste artigo, é importante ressaltar que o turismo rural, ecoturismo e atividades de lazer que elas oferecem, ainda estão em um estágio inicial. Os equipamentos acabam sendo mais utilizados por moradores de Rio Bonito e municípios vizinhos, como prática de lazer sem o pernoite, mas segundo os proprietários, a presença de turistas vindos do Rio de Janeiro, Niterói e São Gonçalo está se tornando constante.

Considerações finais

No contexto contemporâneo da globalização, as metrópoles brasileiras de acordo com Milton Santos (2012) passaram por fenômenos de implosão e explosão, incluindo o Rio de Janeiro. A partir dos anos de 1990 do século XX e sofrendo uma intensificação no início do século XXI, a metrópole fluminense se expandiu para além de seus limites, promovendo fortes alterações na dinâmica espacial dos municípios.

O grau de intensidade das mudanças espaciais está em acordo com alguns fatores, como a proximidade com a metrópole; infraestrutura urbana; quantidade de habitantes nos

municípios; benefícios fiscais para as empresas etc. Esses e outros fatores possibilitaram a expansão urbana da metrópole.

Respondendo à questão central deste artigo foi possível observar a expansão da urbanização sobre as áreas rurais de Rio Bonito, partindo da metrópole fluminense e, eventualmente foi modificando a realidade local, que antes era ligada ao rural com atividades agrícolas, e atualmente já podemos observar um rural com atividades econômicas não agrícolas. Muitas das fazendas e sítios perderam a atividade agrícola e se tornaram habitações para a prática de lazer e veraneio, ou conjugam estas atividades com pequenas atividades agrícolas para subsistência.

O que observamos e constatamos foi a transformação de antigas propriedades agrícolas que passaram por um processo de refuncionalização, transformando-se em propriedades para o lazer e veraneio. Como foi analisado em alguns casos, estas propriedades passam a ser caracterizadas de segunda residência, onde os proprietários se deslocam para essas habitações em períodos específicos do ano.

Ainda se encontra em estágio inicial o fenômeno de segunda residência, em comparação a outras regiões do Estado do Rio de Janeiro. O município não está presente entre os principais destinos turísticos e de lazer do referido Estado, principalmente devido à proximidade com a Região dos Lagos e inserido na Região Metropolitana. Mas esse fenômeno está transformando uma realidade rural por anos decadente, em uma nova organização espacial com características urbanas e com a entrada de agentes imobiliários atuando no preço da terra.

Segundo Rocha e Ribeiro (2020), o município de Rio Bonito, se encontra na franja periurbana do estado do Rio de Janeiro, o que significaria um processo de expansão urbana em andamento. Os autores constataram mesmo que territorialmente a área urbana seja menor, a urbanização vem promovendo grande pressão sobre as áreas rurais e de vegetação, fator impulsionado pelo processo de metropolização do Rio de Janeiro.

Por Rio Bonito compor a franja periurbana fluminense, seu território é caracterizado por um forte hibridismo, ou seja, os espaços urbanos e rurais estão em um processo interação constantes. Como exemplificação deste fenômeno, são encontrados elementos de urbanidades no rural, destaca-se a transformações de propriedades rurais

agrícolas em propriedades rurais não agrícolas, como segundas residências, pousadas, pesque-pague e hotéis-fazendas (ROCHA, 2018).

Referências

- ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. A evolução do espaço agrário fluminense. **Revista Geographia**, Niterói, ano 7, nº 13, p.49-70, 2005.
- FERNANDES, Bruno Campos. Desenvolvimento histórico da citricultura. 2010. 1 CD-ROM. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Ciências Econômicas) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/118999>>.
- FURTADO, Maria de Fátima Ribeiro de Gusmão. Áreas de interface periurbana: desafios conceituais e metodológicos. In: RANDOLF, Rainer; SOUTHERN, Barbra Candice (orgs.). **Expansão Metropolitana e Transformações das interfaces entre Cidade, Campo e Região na América Latina**. Editora Max Limonad, 1ª edição, São Paulo, p. 147-166, 2011.
- FUSCO, Fabrício Marini. Nem o céu, nem a terra: reflexões sobre a relação rural/urbano no Estado do Rio de Janeiro. In: MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Miguel Angelo (orgs.) **Revisitando o território fluminense II**, Rio de Janeiro, p. 17-40, 2008.
- GALVÃO, Maria do Carmo Corrêa. As múltiplas facetas do espaço contemporâneo no Brasil. In: **A Geografia e as transformações globais**. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 101-116, 1995.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Volume 22, Rio de Janeiro, 1959.
- LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. 3ª edição, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. 5ª edição São Paulo: Editora Centauro, 2011.
- MACHADO, Felipe da Silva; BICALHO, Ana Maria de Souza Mello. **(Peri) Metropolização na interface Rural-Urbana: Agricultura e o Rural (peri) metropolitano**. Anais I Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade, Rio de Janeiro, 2012.
- MARAFON, Glaucio José. Relações Campo-Cidade: Uma leitura a partir do território fluminense. In: MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Miguel Angelo (orgs.) **Revisitando o território fluminense IV**, Rio de Janeiro, 2012.
- MASCARENHAS, Gilmar. Cenários contemporâneos da urbanização turística. **Cadernos Virtuais de Turismo**, vol. 4, nº 4, 2004.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo e LIMONAD, Ester. O urbano e o rural frente à urbanização da sociedade. In: **Expansão Metropolitana e Transformações das interfaces entre Cidade, Campo e Região na América Latina**. Editora Max Limonad, 1ª edição, São Paulo, 2011, p. 202-217.

RIBEIRO, Miguel Angelo e CAVALCANTI, Vera Maria d'Ávila. Tipologia dos municípios fluminenses: o urbano e o rural em questão. In: **Globalização, políticas públicas, e reestruturação territorial**. Rio de Janeiro. Editora 7 Letras, 2012, pp. 144-157.

ROCHA, Antonio Carlos Lessa da. **O fenômeno de segunda residência e a expansão urbana no município de Rio Bonito (RMRJ) na segunda década do século XXI**. 2018. 114 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

ROCHA, Antonio Carlos Lessa da; RIBEIRO Miguel Ângelo Campos. A expansão da metrópole do Rio de Janeiro e a Formação da Franja Periurbana e Perimetropolitana. **Revista Continentes (UFRRJ)**, ano 9, n. 16, p. 380-411, 2020.

RUA, João. Continuidade ou ruptura na expansão da metrópole para além dos seus limites formais: urbanidades no rural? In: **Expansão Metropolitana e Transformações das interfaces entre Cidade, Campo e Região na América Latina**. Editora Max Limonad, 1ª edição, São Paulo, 2011, p.186-201.

RUA, João. **Metropolização do espaço e inter-relações urbano-rurais no Estado do Rio de Janeiro**. Encontro dos Geógrafos da América Latina, EGAL, 2012, p.1-9.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo, Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª edição, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade**. 2ª edição/1ª reimpressão, Editora da Universidade de São Paulo, 2012.